

Governança na cadeia produtiva da cafeicultura



Sivanildo Cruz



Conselho Nacional do Café



Gilson Ximenes

Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

Choque de gestão na cafeicultura

A luta dos últimos anos do Conselho Nacional do Café (CNC), entidade representativa dos produtores de café do Brasil, por um novo arranjo do endividamento dos cafeicultores começa, finalmente, a ser entendida por lideranças e autoridades do poder público dentro de um novo marco. Há anos, insistimos que a mera prorrogação de débitos de curto prazo, apesar de aliviar a pressão de caixa do produtor, não era a correta vertente de política agrícola capaz de sanear o problema.

A origem do endividamento do produtor de café do Brasil decorre de uma remuneração abaixo do custo de produção. O produtor fica sem a necessária geração de caixa para manter a condução adequada das lavouras e cumprir as obrigações junto aos bancos.

A opção de privilegiar a lavoura em detrimento ao cumprimento dos pagamentos de financiamentos foi uma extraordinária e acertada medida dos responsáveis pela política cafeeira nos últimos vinte anos. Foi por isso que o Brasil conseguiu ampliar a sua produtividade e a produção, justamente quando a demanda mundial de café não podia passar sem o produto nacional.



Todos os chamados fundamentos do mercado mundial de café, cujo valor supera a marca de U\$ 70 bilhões, comprovam que a modernização da produção brasileira empreendida pelos cafeicultores ocorreu no momento correto e na medida adequada. O Brasil responde por 32% das transações internacionais, em que o país vice-líder, o Vietnã, participa com somente 12%, e a Colômbia, em terceiro lugar, com 10%. Os 46% restantes estão espalhados por mais de 50 países produtores.

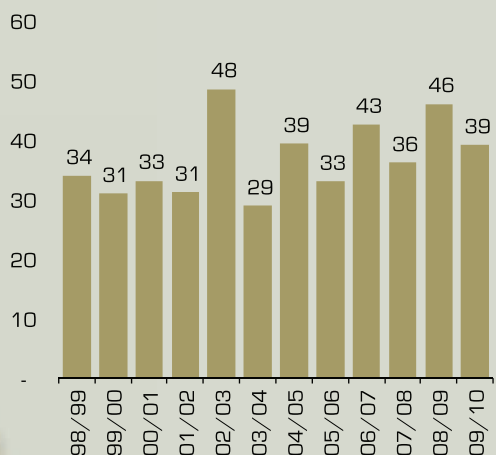
O alinhamento concomitante de condições favoráveis do mercado mundial e do Brasil nos leva, obrigatoriamente, à questão do endividamento setorial. Com a tendência de o mercado operar com preços acima do custo de produção, gerando caixa ao produtor brasileiro de café, não cabe, em tese, a adoção de medidas de prorrogação de pagamento.

Essa afirmativa faz todo o sentido se o cronograma das amortizações for ajustado de acordo com a geração de caixa do produtor. Mas não podemos considerar que com uma margem de lucro de 5%, por exemplo, o produtor possa quitar os financiamentos antigos em valores desproporcionais a sua geração de caixa.

Devemos lembrar que o cafeicultor brasileiro é eminentemente um agricultor, cuja renda é uma só: o café. A sua referência para o negócio é o tamanho da produção. É assim nas compras de defensivos, implementos agrícolas, fertilizantes. A moeda de troca é a saca de café.

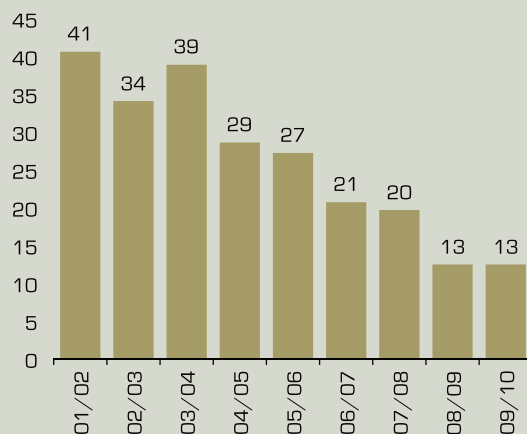
Apresentamos, em diversas instâncias do sistema financeiro e ao governo, a visão de que a renegociação do endividamento do setor passa pela transformação do passivo financeiro para ativo comercial. A consolidação do endividamento setorial em cima de um cronograma de amortizações compatível com a geração de caixa do cafeicultor é o primeiro passo. As sucessivas prorrogações de débitos no passado geraram acúmulo de vencimentos desvinculados da real capacidade de amortização.

Brasil: produção de café (milhões de sacas)



Fonte: Conab

Brasil: estoque inicial de café (milhões de sacas)



Fonte: Conab



A transformação da dívida financeira para mercantil, para amortização em café, é a ação que tem um extraordinário alcance, pois devolve ao produtor de café a condição de normalidade diante do sistema nacional de crédito.

A combinação de um cronograma consolidado e compatível com a geração de caixa do produtor, com o pagamento de seus débitos em café, permitirá que o segmento volte a ter uma evolução normal da sua atividade.

Hoje, a maioria dos cafeicultores lida, permanentemente, com seus agentes de crédito na busca de novas linhas de recursos para pagamento de débitos em vencimento. São reuniões intermináveis para reforço de garantia. O dia a dia é de permanente pressão.

Apesar de o cafeicultor possuir ativos imobilizados superiores a R\$ 60 bilhões, se considerar somente o valor do hectare de terra formada com cafezal, além de uma receita anual média de R\$ 8 bilhões, o seu endividamento de R\$ 6 bilhões estrangula a atividade.

É patente que a política de café do Brasil precisa de um choque de gestão!

Para isso, o CNC inicia os trabalhos com a abertura de espaço a todos os segmentos da cadeia produtiva do café e, para isso, fez da *Agroanalysis* a sua plataforma. Enviamos um questionário-padrão aos representantes do setor, à Frente Parlamentar do Café e ao Departamento do Café do Ministério da Agricultura. Todos poderão expor as suas atividades e ideias a respeito desse choque proposto. Isso nos permitirá elucidar, diretamente, o desejado por todos. Boa leitura!

Obs.: Em função de suas atribuídas agendas, não foram possíveis as participações do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CeCafé) e do Departamento do Café, da Secretaria de Produção e Agroenergia, do Mapa, os quais agradeceram o convite.

ENTREVISTA

Capitalização do Funcafé

Os fundamentos de mercado são extremamente favoráveis aos países produtores. É possível a construção de um modelo de comercialização diferente?

Os fundamentos do mercado mundial do café e a posição do Brasil nunca estiveram com a configuração tão positiva como no presente. Se o País tiver a criatividade e a coragem necessárias, poderá empreender, à cafeicultura nacional, uma evolução significativa em todos os campos, passando pela elaboração de uma política de renda ao produtor e pelo desenvolvimento de produtos industrializados para distribuição no mercado mundial de café torrado e solúvel. As oportunidades são imensas.

O que está travando a modernização da política brasileira para o café?

O Brasil internalizou todos os conflitos e ameaças que, no passado, vinham do mercado mundial e de outros países produtores. Naquela ocasião, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) representava os interesses do Brasil e de todos os segmentos da cafeicultura. Com a sua extinção e a retirada, de fato, do governo na gestão por resultado do setor, a agenda ficou em mãos do setor privado.

Nos últimos anos, essa agenda foi dominada pelas dificuldades do setor produtor em administrar a modernização do parque cafeeiro mediante a elevação da produtividade por hectare, em meio às práticas de preços, para o produto, extremamente debilitadas. A prorrogação dos serviços das amortizações do endividamento setorial acabou por auxiliar o produtor a realizar a

modernização do parque, mas também serviu para o acúmulo do volume e do cronograma de amortizações da dívida. Essa questão tem de ser resolvida de forma exemplar, realística, e em linha com a capacidade efetiva de pagamento do segmento.

A solução do endividamento tem como alicerce básico a modernização da política brasileira para o setor produtor, o que vai impulsionar a evolução de ações junto aos demais segmentos da cadeia cafeeira, particularmente no que se refere à internacionalização de produtos industrializados pelo Brasil.

Em que áreas o governo ainda tem um papel a desempenhar?

A presença do governo na área do café ainda é fundamental, e por várias razões. A primeira é o fato de o café ter uma produção extremamente dispersa, com a presença de 300 mil produtores, com média, por propriedade, abaixo de 170 sacas, significando renda anual da ordem de R\$ 40 mil.

Pelos canais de distribuição, ou comercialização, o setor lida com estruturas extremamente oligopolizadas. Na área do consumo interno, não temos mais do que cinco empresas dominando mais de 50% do mercado, o que se repete na área internacional. No canal de escoamento do café verde, na exportação do produto, temos dez empresas exportadoras respondendo por cerca de 65% do volume exportado, sendo mais da metade delas representantes no Brasil de grandes casas comerciais estrangeiras.

Por último, é importante ressaltar que o governo ainda tem papel destacado na orientação de crédito e recursos para o desenvolvimento de diversos programas. O sistema privado de crédito, nacional e internacional, ainda tem baixíssima presença no setor cafeeiro, excluindo o segmento exportador de café

verde, que sempre atraiu financiamentos em função do rápido giro da atividade.

A ampliação da produção brasileira de café ocorreu por substantiva elevação de produtividade. A cafeicultura ocupa a mesma área há mais de 30 anos. Em meio a sucessivas prorrogações dos financiamentos, o produtor conseguiu modernizar as suas lavouras. O problema está na alta concentração de vencimentos. A renegociação das dívidas para pagamento em período compatível com a realidade do setor seria a medida para alinhar os débitos com a capacidade efetiva de pagamento?

Sem dúvida. A renegociação do endividamento do cafeicultor dentro destas premissas é de simples bom senso e faz parte da viabilidade de qualquer negócio. Se um segmento ou setor está com a sua relação faturamento/rentabilidade *versus* endividamento com uma formatação inconsistente, não há solução que não passe pela reconciliação da capacidade de pagamento *versus* cronograma de amortizações. Esta questão é objetiva e de fácil mensuração. Sua efetiva solução terá efeitos multiplicadores sobre a capacidade do produtor em gerir sua atividade e sua lavoura.

Quanto ao endividamento do produtor, a persistir a presente inércia governamental, não se estará adiando uma substantiva crise, a qual poderá, inclusive, ter repercussão sobre o volume da produção brasileira de café?

A interlocução com o governo, ainda que este sempre demonstre boa vontade e interesse, vem sendo cada vez mais difícil no que diz respeito ao enfrentamento de matérias desta envergadura. Como o ano é de transição, de eleições, este governo parece ter deixado, para o próximo, a solução de algumas matérias. Foi o caso com o endividamento. Temos mantido contatos com alguns dos candidatos a presidente, e em todos esses contatos as indicações são positivas quanto à matéria e mesmo quanto a uma política cafeeira mais dinâmica para o Brasil.

Nos contatos com as autoridades e no espaço da campanha eleitoral, vem surgindo algum posicionamento diferente quanto ao tema do endividamento?

Como dito anteriormente, os candidatos vêm demonstrando interesses e propostas que podem solucionar os problemas da cafeicultura brasileira, apresentando, dentro de seus programas, políticas que estruturam uma sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e econômico.

Por que o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) não desenhou ou desenha uma estratégia na direção da solução do endividamento e de uma nova política de comercialização?

O CDPC passa por um de seus piores períodos desde sua criação, com uma intensa disparidade de ideias entre seus mem-





bros, a qual veta o melhor fluir das propostas. Uma solução para isso seria a aproximação dos interesses dos membros do Conselho, de forma que se viabilize a implantação de propostas que auxiliem o desenvolver de toda a cadeia do agronegócio café.

Enquanto outros países exportadores de café verde ampliam sua fatia nos segmentos de cafés especiais, o Brasil possui presença apenas residual. Isso pode ser mudado?

Infelizmente, a participação é realmente residual. O que notamos, porém, é uma movimentação no sentido de ampliar as representatividades das regiões que trabalham com a produção de cafés especiais, de forma que o Brasil se concretize como uma origem fiel desse tipo de café diferenciado.

O que falta ao segmento para se desenvolver nesta direção?

Essa consolidação citada deve englobar a divulgação de estatísticas confiáveis, pois o nicho de especiais é carente nesse sentido, não havendo sequer levantamentos sobre a produção e, principalmente, a consolidação de um volume de produção, uma vez que de nada adianta o Brasil iniciar a comercialização com compradores internacionais e não dar sequência nos anos subsequentes. A implantação de medidas nesse sentido também vai ao encontro dos interesses brasileiros no intuito de inserir nossos cafés especiais no contrato “C” da Bolsa de Nova York.

Como o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) pode ser instrumento relevante para este propósito?

Sem dúvida, o Funcafé pode ser relevante nesse sentido, mas, para isso, o Fundo necessita de uma reestruturação, com o setor, junto ao governo, determinando parâmetros gerenciais dos recursos, os quais estejam inseridos em conceitos além dos atuais trabalhados pelo Funcafé.

Como apoiar e fazer a capitalização do Fundo?

Esta é uma questão que vem sendo colocada de forma recorrente no setor, e quero respondê-la com clareza. Antes de apoiar ou não a capitalização de um fundo, é importante vermos a sua arquitetura e as leis, digamos assim, que regem seu funcionamento. O Funcafé, na prática, é um fundo subordinado a normas de aplicação dos recursos do Tesouro Nacional e, portanto, tem sua atividade restrita a estes parâmetros. Por outro lado, o agente de repasse destes recursos é o sistema de crédito privado, que assume o risco da operação. Portanto, os recursos do Funcafé estão subordinados às normas do Tesouro e aos ritos e às normas de aplicação de repasse de recursos públicos pelo sistema privado, que assume o risco. Como podemos ver, ainda que o Funcafé cumpra importante papel, a renovação da capitalização desse fundo não pode ser matéria de interesse do setor produtor dentro deste contexto. O setor precisa de parâmetros gerenciais de recursos dentro de um novo conceito e com finalidades mais amplas que as que o Funcafé pode executar. Esta discussão precede à simples capitalização do Funcafé.

O CDPC, com sua atual estrutura e regimento, tem capacidade de formular e administrar uma política cafeeira dinâmica ou deve ser reformulado para cumprir uma função de natureza mais operacional?

Atualmente, o *modus operandi* deste fórum não tem permitido a formulação de políticas cafeeiras que agradem a todo o setor cafeeiro nacional. Não vejo a substituição do CDPC como solução, mas volto a defender a reformulação, principalmente a de conceitos, de maneira que o órgão passe a determinar linhas gerenciais que possibilitem a fluência dos recursos disponíveis com foco nas sustentabilidades econômica, social e ambiental de toda a cadeia café do Brasil.

Carlos Melles

Deputado Federal

Presidente da Frente Parlamentar do Café

Por uma política mineira e brasileira para o café

Em 2006 e em 2009, como presidente da Frente Parlamentar do Café, compareci ao Conselho da Organização Internacional do Café, apresentando algumas preocupações: nas últimas duas décadas, a cooperação multilateral no âmbito da OIC não foi capaz de produzir resultados consistentes quanto à sustentabilidade da produção mundial de café.



Não fossem os aportes substantivos de recursos públicos em apoio à produção, estaríamos hoje mergulhados em um quadro deficitário na produtividade e com os preços do café evoluindo em resposta às tendências especulativas.

Nesse período, o Congresso Brasileiro colocou na pauta das suas discussões a adesão do Brasil ao novo acordo, fundamentado em duas linhas de pensamento: A capacidade do novo acordo em atender aos anseios da cafeicultura brasileira e o grau de prioridade que o Brasil tem dado aos programas de trabalho dessa organização.

O referido acordo, votado e aprovado no dia 18 de agosto de 2010, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, segue para avaliação pela Comissão de Agricultura, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e depois vai ao Plenário da Câmara.

Na ocasião, ressaltai a necessidade de promovermos audiências públicas para ouvir os principais interessados, em especial os produtores de café brasileiro e mundiais, pois, ao persistir o acordo no formato atual, não teremos garantida a necessária sustentabilidade para o setor cafeeiro sob o seu enfoque fundamental, que é a sustentabilidade econômica dos países produtores de café, e dessa forma garantir a sustentabilidade sob os aspectos sociais e ambientais, por entendermos que a sustentabilidade econômica precede o aspecto ambiental e social, tema do discurso que proferi no ano passado na sede da OIC, em Londres.

A nova agenda para o café, em construção no Brasil, além de passar pelo papel da OIC, lida também com o esgotamento da nossa política interna, carente de sólida reestruturação. O fim das cláusulas econômicas da OIC, do contingenciamento do

fluxo de café por parte dos países produtores, criou ampla competição de mercado entre os exportadores de café, comandada pela ocupação do mercado e pela debilidade quanto ao manejo do escoamento da produção agrícola anual e pelos inventários de safras passadas.

No Brasil, empreendemos uma estrita política liberal quanto à comercialização externa de café, com relevância para a comercialização do café brasileiro contra os contratos C da Bolsa de Nova York e a de Londres, e a opção de o exportador registrar vendas externas pelo prazo de 12 meses.

Nos últimos dez anos, a política de comercialização externa do Brasil andou numa direção, enquanto a política interna de fomento à produção de café procurou apoiar o cafeicultor, o que permitiu a exportação em média de 30 milhões de sacas/ano pelo Brasil, chegando em 2010 com uma estimativa de 47,2 milhões de sacas de 60 kg, sendo 36,0 milhões da variedade arábica e 11,2 milhões da conilon, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Como na maioria dos países produtores este exercício de política pública tem sido empreendido com os preços do café praticados abaixo do custo de produção, aqui entendido como aquele que permite a remuneração da atividade produtiva e a permanente reposição das lavouras. A sustentabilidade econômica e social do café só é possível com o cumprimento dessas premissas. A dissonância entre o custo de produção e os preços praticados pelo mercado mundial gerou um expressivo endividamento que contaminou uma grande parcela dos cafeicultores mundiais. E o Brasil tem grande responsabilidade nesse empobrecimento nos demais países produtores, por não liderar as políticas para o setor, o que se espera do maior produtor mundial e do segundo, quase líder, no consumo da bebida.

“O líder mundial de produção precisa liderar também a política mundial do setor”

Tais repercussões poderão ser observadas nos países onde o apoio não foi possível em função da precariedade de fundos ou redes de crédito, com o incremento da pobreza. No âmbito da OIC, a sua missão está claramente descrita nos objetivos e artigos do novo acordo para o café. Contudo, faz-se necessária a vontade política dos governos dos países membros em colocar em prática o descrito no marco legal permitido pelo acordo.

Por parte dos países importadores de café membros da OIC, não percebemos a menor sinalização quanto à redução efetiva de barreiras. No marco de ações para o desenvolvimento de pro-

missores mercados para o consumo do café, como a China, as iniciativas estão restritas a estudos ou levantamentos para avaliar possíveis programas.

Quanto ao desenvolvimento de mecanismos de ordenamento do fluxo da comercialização de café nos países exportadores, o tema não tem sido matéria de ações no âmbito da Organização.

A lista para o enfrentamento dos problemas é extensa, como são extensos, também, a potencialidade brasileira para o setor cafeeiro e os anseios pelo desempenho e cumprimento pela OIC do seu efetivo papel na organização e cooperação multilateral.

O Brasil precisa reavaliar a sua política para o café.

É importante ainda destacar que os Estados produtores, como o de Minas Gerais, que responde por mais de 50% da produção brasileira, precisam implementar uma política própria para o café, na perspectiva de que a comercialização do produto não seja realizada abaixo do custo de produção e de garantir ao produtor os mecanismos necessários para a definição de um fluxo de vendas compatível com a baixa sazonalidade da demanda interna e externa, o que significa, na prática, recursos para a retenção de café.

A maximização do preço do café é um desafio de sobrevivência para a grande maioria dos produtores mundiais. É importante lembrar que o café tem a moeda americana como referência de preço e que seu valor efetivo não corresponde mais ao poder de compra do passado.

Os preços relativos do café expressos em dólar americano vêm sofrendo uma expressiva depreciação quando comparados aos custos com mão de obra, fertilizantes, aos preços da terra e de outros insumos. A sustentabilidade econômica do café e a desejada prosperidade social nas áreas de produção somente se tornarão realidade quando os preços forem verdadeiramente remuneradores.

O limitado impacto no preço final ao consumidor é consequência da expressiva agregação de valor criada na bebida café. Com o consumo não doméstico de café em crescimento, temos diante de nós uma cadeia que sofreu ampla reformulação na sua relação com o consumidor final.

Na década de 80, o valor recebido pelos produtores sobre o produto final no varejo representava algo como 30%. Hoje, devemos beirar os 15%.

A permanência da colaboração multilateral no âmbito da OIC exige que esta organização tenha a determinação e a cora-

gem política de enfrentar os reais desafios da ordem do dia dos setores que formam a economia cafeeira mundial. O equilíbrio entre produção e consumo é notório. A inexistência de estoques de café em países produtores é matéria de domínio público, e quanto a isso não parece haver controvérsias.

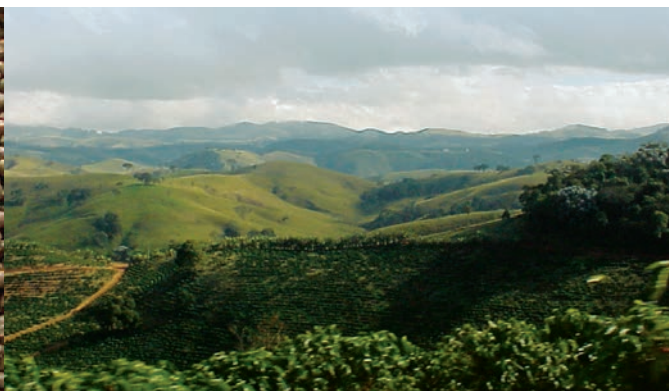
A construção e a estruturação de uma política brasileira e mineira para o café são temas atuais dos principais candidatos ao governo brasileiro e ao governo de Minas Gerais. Vale salientar aqui os principais pontos do documento entregue aos candidatos na eleição de 2010, resumidos em cinco tópicos:

Cinco Tópicos das Políticas Públicas

- 1 **Formação de estoques reguladores (por ser o maior abastecedor mundial e brasileiro, e hoje estamos sem estoque regulador).**
- 2 **Políticas regulatórias que ordenem a oferta (com efeito na comercialização – mercado físico e futuro, recursos para custeio, colheita e estocagem como instrumento para diminuir a volatilidade dos preços).**
- 3 **Preço mínimo de garantia do produto, compatível com a realidade dos custos, com a qualidade e a produtividade por área.**
- 4 **Política de renda e seguro.**
- 5 **Solução do endividamento crônico do setor, compatível com o tempo de vida útil/econômico do cafeeiro: 15 a 20 anos.**

Neste particular, na minha visão, não há como transferir a responsabilidade ao setor privado, pois o elo mais fraco da cadeia, aquele que de fato conta com ampla matriz geradora de renda e capaz de promover a necessária sustentabilidade social, é o da produção de café.

A cadeia da economia cafeeira mundial está integrada e funcionando na direção da evolução dos negócios setoriais, mas ela é incapaz de distribuir de forma justa a renda gerada pelo consumo mundial de café.



ENTREVISTA

Edivaldo Barrancos

Presidente

Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics)

Precisamos mudar a mentalidade para fornecer produto com valor agregado

Sendo o café solúvel o segmento mais dinâmico no crescimento do consumo mundial, por que cai a presença do produto brasileiro?

Na realidade, a queda supera a observada nos nossos volumes de exportação. O pior ainda é o mercado de café solúvel ser abastecido por indústrias instaladas em outros países produtores, com a utilização de cafés de outras origens. Tanto a indústria como o produtor perdem participação no mercado mundial. A grande maioria dessas indústrias instaladas fora do Brasil utiliza cafés de outras origens.

Para a Abics, falta sensibilidade das autoridades e do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). Há um grande desalento quando vemos notícias da instalação de novas indústrias em outras partes do mundo. Da mesma forma, o fechamento de acordos comerciais entre países e blocos produtores e consumidores de café solúvel. Lamentavelmente, nada acontece em nosso país, não obstante os exaustivos esforços para esclarecer os fatos e apresentar propostas e soluções desses problemas.

A tributação europeia sobre a importação deixa o produto brasileiro fora da competição. Quais fatores explicam a baixa dinâmica deste segmento industrial no mercado externo?

Esta afirmação está equivocada. A carga tributária imposta só ao Brasil, de 9% sobre o valor CIF do embarque, é um desastre a qualquer negociação. O absurdo é quando verificamos que esta situação completa seu 21º ano, apesar de termos tido o sistema de quotas, que nos ajudou de 2002 a 2005.

A UE é o maior bloco consumidor e distribuidor de café do mundo. Esta barreira nos impede de competir e causa incalculável prejuízo para o Brasil. O nosso produto é aceito em mais de 120 países para onde exportamos. Existem os períodos da falta de competitividade da matéria-prima brasileira e os problemas com os créditos de impostos sem correção monetária e de de-

morada recuperação. Tudo isso reflete nos volumes quase estáticos das exportações anuais, na média de três milhões de sacas.

Maior comerciante de café solúvel do mundo, o padrão de compra de matéria-prima Nestlé é rigoroso. A Abics pleiteia a liberação do regime de drawback para ter acesso à matéria-prima externa mais barata. Esta ação pode melhorar o custo médio de matéria-prima do segmento, mas não é uma contradição com a política da Nestlé?

Cada empresa tem a sua política de compra e qualidade. Quem vende a sua própria marca determina a qualidade do produto oferecido ao consumidor. Isso ocorre com a Nestlé e outras empresas do setor.

Além de exportar com a sua própria marca, a indústria brasileira fornece produtos já embalados na marca do cliente e produtos a granel para os clientes embalsarem no destino. Quem decide a qualidade é o cliente/comprador e não a indústria fornecedora.

Sem a pretensão de comprar matéria-prima mais barata, através do drawback, a Abics deseja ter a opção de importar com fins específicos de exportação. Quando o conilon brasileiro deixa de ser competitivo no mercado internacional, ou seja, não queremos importar café barato, mas, sim, deixar de pagar caro e com isso perder mercados que são de difícil e demorada recuperação.

“O imposto de importação de café solúvel na Europa existe há 21 anos”



Para ilustrar essa falta de competitividade, basta olhar o quadro dos volumes de conilon, em grãos ou *in natura*, exportados pelo Brasil nos últimos cinco anos. As exportações foram reduzidas e representaram menos de 14% da safra. Isto não é problema para o produtor local, pois o consumo interno e o solúvel se encarregam de absorver toda a produção. Se por um lado tal situação é ótima para os produtores, para os exportadores se torna impraticável competir com fabricantes que utilizam matéria-prima de outras origens.

As pesquisas indicam crescimento no consumo global de solúvel a uma taxa média de 3% ao ano, de 2001 a 2008. Isso significa dizer que tivemos perdas superiores a 2,4 milhões de sacas no período referido. Existem pesquisas que indicam perdas maiores.

O setor precisa é ter acesso à matéria-prima em condições de competitividade. A qualidade que pretendemos importar é a mesma utilizada pela indústria de outros países. Precisamos

manter a qualidade desejada pelo cliente/comprador do café solúvel brasileiro.

Existe a preocupação de a importação causar impacto negativo nos preços internos. O volume anual proposto é de 600.000 sacas, ou seja, 1,2% da safra total do País ou 5% da safra de conilon. Através deste mecanismo aumentaremos a demanda e exportaremos mais.

Apresentamos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) uma proposta de que, a cada volume realizado de importação, o governo compensaria com opção de venda da mesma quantidade para o produtor, em preços compatíveis de modo a não produzir qualquer efeito no mercado.

Quanto à qualidade, a importação não ficará sujeita a decisões pessoais de cada empresa. Como o Mapa regulamenta operação *drawback*, o medo científico ou comercial é totalmente infundado. O Brasil importa todos os dias centenas de produtos rigorosamente controlados pelo Mapa. Um dia, os opositores ao *drawback* acordarão para a importância e os benefícios dessa operação, praticada no mundo inteiro, ou seja, entre nós e o mundo. Alguém está totalmente errado a esse respeito.

A indústria de café solúvel concentra esforços em mercados novos e com taxa de crescimento de consumo alta?

Estamos presentes em todos os mercados possíveis do mundo. O café solúvel brasileiro é reconhecidamente o grande

“A indústria de café solúvel cresce no mundo inteiro, enquanto no Brasil fechamos as fábricas”

iniciador e desbravador de mercados novos. Isso já aconteceu na Inglaterra, no Japão e atualmente nos chamados mercados emergentes ou ex-socialistas.

Neste ano, a dificuldade brasileira é com o custo da matéria-prima. Para a Rússia, a exportação de conilon em grãos foi de apenas 5.253 sacas, enquanto na forma de solúvel atingiu o equivalente a 235.431 sacas. No mercado russo, o fabricante não compra conilon brasileiro por ter acesso a outras origens, enquanto o empacotador (*packers*) adquire nosso produto, em embalagem final ou a granel, certamente em condições de desvantagem (nos períodos de janeiro a agosto de 2008 e 2009, a Rússia não comprou um único saco de conilon brasileiro).

Por que se perde participação em mercados como o da Rússia e do Leste Europeu?

A concorrência é muito grande, com o surgimento de novas fábricas lá e no mundo. Elas se abastecem de matéria-prima

proveniente de fornecedores mais competitivos que o Brasil. Rússia, como país emergente, ainda é o segundo maior comprador do Brasil. A situação atual do conilon brasileiro não permite que os mercados do exterior comprem este produto sob a forma de grãos ou industrializado, o que vale dizer que perdemos realmente participação de mercado, há muito tempo, sem que nada seja feito para estancar esta realidade.

Na Rússia, a presença da Nestlé e de marcas de café colombiano com altos preços não demonstra a fragilidade da indústria brasileira frente à concorrência?

Tanto a Colômbia como a Nestlé são tradicionalmente grandes investidores em publicidade, e o Brasil nada faz nesse sentido, pois os exportadores não têm como suportar tal gasto.

A situação é de risco de fechamento de fábricas?

O Brasil já teve onze indústrias em operação. Atualmente tem sete. Enquanto o mundo aumenta a sua capacidade de produção de café solúvel, nada sensibiliza as autoridades para o fato de que, há 44 anos, não se instala uma nova fábrica no Brasil.

Por que o Brasil continua na situação limitada de ser o maior fornecedor de café verde?

Se não mudar a mentalidade do CDPC, o Brasil continuará como simples fornecedor de matéria-prima para o mundo. Nada vai mudar sem atender aos problemas de todos os segmentos. A Alemanha, grande exportador de valor agregado ao café, se tivesse de enfrentar os obstáculos do industrial brasileiro, certamente não alcançaria nem uma pequena parcela de seu sucesso.

Qual a estratégia para o CDPC tornar o Brasil exportador de produto processado?

Com esses problemas sem solução, o País será um fornecedor residual de produto com valor agregado. A indústria nacional do solúvel está basicamente internacionalizada, com 95 % da sua produção destinados à exportação.

O México anunciou, neste ano, a construção da maior fábrica de café solúvel do mundo. Em alguns momentos, o CDPC se parece muito mais um campo de batalha por objetivos particulares e setoriais do que um colegiado que busca soluções para os vários segmentos da cafeicultura.

Como instrumento relevante, como capitalizar o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)?

Em vista de seus graves problemas, a indústria do solúvel não pode ser favorável a qualquer sistema que signifique desembolso adicional por saca exportada. Contrariamente à situação do café arábica, o Brasil tem pouca influência e participação no mercado internacional de robusta ou conilon. Um aumento de preços através de uma taxa na exportação reverteria em efeito negativo somente para o Brasil.

ENTREVISTA

Almir José da Silva Filho

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic)

Internacionalizar a torrefação e o solúvel

O crescimento do mercado interno brasileiro nos últimos 15 anos vem ocorrendo simultaneamente à instalação, no Brasil, de grupos estrangeiros mediante a aquisição ou a parceria com tradicionais torrefadores nacionais.

Qual é a dimensão da participação de grupos estrangeiros no mercado interno brasileiro?

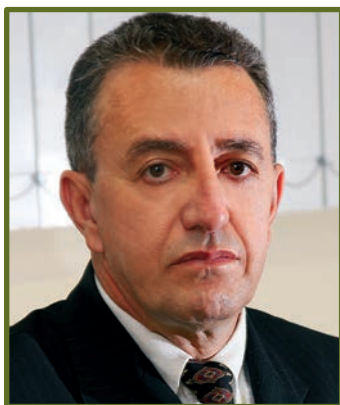
As empresas internacionais participam com cerca de 46% do mercado interno de café.

Com a concentração do consumo brasileiro de café no Sudeste, esse mercado tem sido o alvo desses grupos?

As empresas internacionais e também as nacionais participam de todos os mercados brasileiros e não somente no Sudeste. O Nordeste e o Centro-Oeste, que são as duas regiões onde mais cresceram o consumo e a renda da população, também têm sido foco de atuação das grandes empresas do setor.

Em que medida a presença de grupos estrangeiros no Brasil irá atrasar ou dificultar a exportação de café processado?

A presença dos grupos estrangeiros não dificulta a exportação do café processado. Pelo contrário, todas as empresas internacionais têm alguma operação bem-sucedida nos mercados estrangeiros. Como exemplo, cito as empresas Sara Lee do Brasil, Segafredo Zanetti e Melitta do Brasil, entre outras, que já são exportadoras regulares de café industrializado em volumes crescentes. Por outro lado, essa exportação pode ser potencializada caso se resolva a questão do *drawback* para o café em grão cru. É possível afirmar que, com a importação de somente 200 mil sacas anuais de café em grão, a exportação brasileira poderia atingir US\$ 200 milhões anuais, contra os US\$ 35 milhões atuais, e, ainda por cima, utilizando mais 500 mil sacas adicionais de café brasileiro.



ABIC/Divulgação



Comenta-se no mercado que o setor torrefador está mergulhado em uma situação de concorrência predatória, com origem em sistemas de compensação fiscal do PIS e da Cofins, de luta por participação de marcas no mercado e até pela forte presença de práticas “informais” de comercialização. Até que ponto essas afirmativas estão corretas e em que grau isso tem fragilizado o setor?

A concorrência agressiva sempre foi uma característica do setor industrial de café, aqui e no resto do mundo. Aqui no Brasil, além da concorrência setorial, o setor sofre com a enorme pressão do varejo supermercadista, que exige, cada vez mais, condições de fornecimento, preços, descontos e promoções que, na prática, retiraram toda a rentabilidade do negócio, especialmente para as empresas médias e menores. Com os preços de prateleira iguais há cinco anos e os custos em alta constante, as indústrias viram o lucro ser anulado e o setor empobrecer. É a mesma situação pela qual passou ou passa a cafeicultura, isto é, custos em alta e preços que não evoluem, resultando em perda de renda. A informalidade não afeta mais o setor, porque os instrumentos fiscais e tributários modernizados – nota eletrônica, Sped etc. – a estão eliminando. A questão do PIS e da Cofins está sendo discutida entre todos os setores com vistas a corrigir os problemas atuais, entre os quais, o mais preocupante é a fraude fiscal, que pode comprometer empresas idôneas que compraram café e pagaram seus tributos, sem conhecer a origem fraudulenta no fornecimento.

A administração do setor cafeeiro, desde a década passada, está a cargo do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), do qual participa a Abic. O Brasil continua sendo um país, por excelência, exportador de café verde. Os setores mais avançados da cadeia, torrefadores e indústria do solúvel, não estão conseguindo internacionalizar as suas atividades, o que traria ao Brasil maior valor agregado.

Por que o Brasil não consegue romper a armadilha de ter uma atuação limitada de ser o maior fornecedor de café verde ao mercado mundial?

A distribuição de café industrializado e com marca é um processo muito lento, extremamente caro e que exige investimentos de longo prazo. Café existe há séculos em centenas de países que já têm suas marcas locais consolidadas, e não é fácil convencer os consumidores a trocarem suas marcas preferidas por uma nova, brasileira. Isso exige qualidade diferenciada, certificação, estratégia, logística, domínio de língua estrangeira, organização de parceiros locais e muito, muito dinheiro, o que normalmente não está disponível para as empresas nacionais que já operam nesses mercados externos ou que pretendam iniciar.

Por que o CDPC não desenhou ou desenha uma estratégia na direção de fazer do Brasil um exportador de produto processado?

As atenções do CDPC sempre foram voltadas, prioritariamente, para as questões da cafeicultura, dívida, do financiamento, das prorrogações etc. Pouco se falou sobre outros temas, como a exportação. A indústria do solúvel, que sempre reclamou de barreiras, falta de *drawback* e outras dificuldades, não viu vontade política para resolver esses problemas. Do lado do torrado e moído, a exportação sempre foi apoiada, desde 2002, pela Apex-Brasil, que, em programa e convenio com a Abic, desenhou as estratégias, executou as ações e iniciativas que permitiram aumentar as exportações em 800%, nos últimos sete anos.

O segmento torrefador brasileiro não conta com as condições para se internacionalizar?

O setor precisa de recursos fartos para procurar oportunidades de associações, *joint ventures* ou aquisições de empresas de café no exterior. Uma proposta com este teor está fazendo parte do novo Projeto Setorial Integrado (PSI), para exportação de café torrado e moído, entre a Abic e a Apex-Brasil, e deverá envolver fontes de financiamento para essas operações. As condições tecnológicas das empresas brasileiras – tecnologia de produção, embalagens, qualidade dos produtos – estão entre as melhores do mundo. Nosso setor não fica devendo nada às empresas estrangeiras.

O que falta ao segmento para se desenvolver nessa direção?

Recursos para *marketing*, financiamentos de longo prazo, mais capacitação de empresas com vistas à exportação. A Abic, no novo programa exportador com a Apex-Brasil, vai criar uma Incubadora de Empresas Exportadoras de Café, para ampliar o número de indústrias exportadoras. Um exemplo desse apoio importante será a divulgação mundial da marca Cafés do Brasil, como patrocinadora da última corrida da Formula Indy nesta temporada, que vai se chamar Cafés do Brasil – Indy 300, que

vai acontecer em Miami no dia 2 de outubro (a entrevista aconteceu no mês de setembro de 2010).

O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) é instrumento relevante para esse propósito? Desempenhando que papel?

O Funcafé é instrumento relevante e tem destinado recursos, pequenos é verdade, para apoiar a promoção de café industrializado brasileiro no exterior. Solúvel e torrado moído têm mantido programas de promoção, degustação, feiras e eventos no exterior, com recursos do Funcafé. Por isso, a marca Cafés do Brasil é muito mais conhecida atualmente no exterior do que há sete ou oito anos.

O segmento apoia a capitalização do Fundo? Por intermédio de que instrumento?

O setor acredita que deve ser discutida, primeiramente, a forma de distribuição dos recursos do Fundo, para dar maior dinamismo e energia ao agronegócio, liquidez tanto na ponta compradora quanto na ponta vendedora, sem o que o café não valorizará.

O CDPC, com a sua atual estrutura e regimento, tem capacidade de formular e administrar uma política cafeeira dinâmica?

A Abic sempre apoiou a existência e o trabalho do CDPC, que, entretanto, foi desmobilizado nos últimos anos. É um organismo essencial para dar dimensão ministerial ao café e para poder formular as mais amplas e corretas políticas para o segmento.

O CDPC deve ser reformulado ou substituído por uma instituição de natureza mais operacional?

A Abic entende que o CDPC deve ser reativado e modernizado, inclusive com a retomada dos trabalhos dos comitês temáticos.



Paulo André Colucci Kawasaki

Assessoria de Imprensa

Conselho Nacional do Café (CNC)

Escassez de suaves

O mercado internacional de futuros do café arábica apresentou uma escalada nos preços, desde 11 de junho deste ano, quando rompeu a barreira dos 140,00 centavos de dólar por libra peso, na Bolsa de Nova York (ICE Futures US), e decolou para quase 200,00 centavos. Os agentes atribuem essa escalada, principalmente, aos fatores fundamentais.

Segundo o analista da Safras & Mercado, Gil Barabach, mesmo o Brasil tendo produzido uma de suas maiores colheitas, a escassez de cafés suaves de outras origens dá sustentabilidade aos preços. “Nas últimas temporadas, o mundo vinha se acostumando a trabalhar com estoque baixo, confiando que a safra brasileira, em constante crescente, viria para solucionar o problema, mas isso acabou este ano”, comenta.

Ele anota que, em 2010, a Colômbia, pela segunda vez consecutiva, colheu pouco mais de oito milhões de sacas de

60 kg, quando, normalmente, produzia entre 11 milhões e 12 milhões de sacas. “Os centro-americanos não têm capacidade para suprir essa ausência, e o Brasil ainda não é uma origem certificada para entrega em Nova York, portanto, passou a faltar cafés suaves no mundo”, explica.

A primeira reação relacionada à escassez partiu dos fundos especuladores, que, prevendo que o mercado iria “squeezar”, entraram atuando na ponta compradora. “Isso fez o preço disparar. E, com esse sinal dos fundos, as indústrias também passaram a comprar, elevando significativamente as cotações, mesmo com a chegada da safra do Brasil”, analisa.

De acordo com Barabach, outro ponto relevante é que a grande safra brasileira, neste ano, servirá para recomposição dos estoques, que estão em níveis historicamente reduzidos. “O mercado teve um choque de realidade desses anos recorrentes de produção abaixo da necessidade”, atesta.

O analista da Safras projeta um cenário ainda mais alarmante envolvendo o equilíbrio entre oferta e demanda. “Qualquer fator climático que afete a produção, considerando que o mundo não tem reservas, gerará um efeito explosivo no mercado, como o ocorrido recentemente”, expõe, mencionando a disparada dos preços, a quase 200,00 centavos, motivada pela estiagem que assola o cinturão produtor brasileiro.

Por outro lado, ele entende que o mercado está “puxado” demais e que correções devem continuar acontecendo. “Foi o que ocorreu quando Nova York caiu dos quase 200,00 para 180,00 centavos. Contudo, se recordarmos dos níveis iniciais dessa disparada — 135,00 centavos —, o mercado ainda sustenta uma boa alta, principalmente considerando que permanecemos em época de entrada da safra do Brasil, fator que geralmente pressiona”, pondera. Ou seja, “há café, há bons preços, e o mercado ainda demonstra firmeza”.

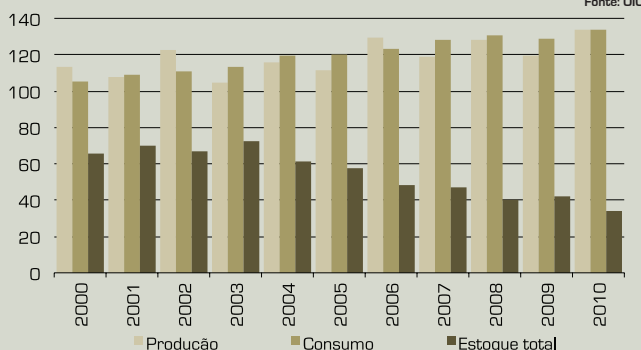
Mercado interno

A turbulência internacional do café foi acompanhada em uma menor proporção no físico brasileiro. “Isso se explica, porque, querendo ou não, a chegada da safra aumentou a oferta e exerceu certa pressão. Além disso, o mercado externo ampliou a procura por cafés melhores. O Cereja Descascado (CD) teve uma subida de preço muito grande, assim como os cafés mais finos, que receberam um repasse maior de preços”, diz Barabach.

Segundo o analista da Safras, os cafés de bebidas boas também subiram, mas não na mesma proporção. “Como a situação de carência era de produto de qualidade, quem tinha esses cafés recebia um diferencial de preço, que acompanhou o mercado externo. Os compradores atuaram conforme sua necessidade: faltou colombiano suave, encontraram no Cereja Descascado brasileiro parte da solução para essa escassez. Acabou o CD, passaram ao café fino. O fino está difícil, daqui a pouco partem para o *good cup*. E por aí vai”, conclui.

Mundo: evolução anual da produção, consumo e estoques
(milhões de sacas de 60kg)

Fonte: OIC



Evolução diária do contrato dez/10 na ICE Futures US
(US\$ cents libra-peso)

